



BRASIL EM FOCO

Análises & Comentários

HUMBERTO DANTAS

ABRIL 2017

Como sair de uma tempestade?

Introdução

Em meio a uma crise política de proporções imensas o Brasil vive o dilema de enfrentar reformas profundas nos campos econômico e político. O que de fato pode se esperar do país nesse instante? O objetivo desse texto é buscar uma contextualização que contribua com parte das compreensões. Não será muito diferente de outras tentativas nesse sentido realizadas aqui.

O início

A despeito de escândalos, da corrupção e da forma como os partidos políticos têm sido tratados na Operação Lava-Jato, com descobertas associadas à venda de espaço em rádio e TV na eleição presidencial em troca de dinheiro ilícito para campanhas, imagine uma reunião no núcleo duro do primeiro governo de Dilma Rousseff no início de 2013. Ali a ex-presidente atingiu o seu

maior patamar de “ótimo e bom”, superando a casa dos sessenta pontos percentuais. Na pesquisa seguinte, poucos meses depois, perdeu metade disso. Entre os dois levantamentos tivemos as manifestações de junho que levaram milhões de brasileiros às ruas. O Brasil nunca mais seria o mesmo – ao menos até agora.

Até aquela ocasião só existia um discurso entre os partidos aliados: verificar como se dariam os apoios eleitorais, se o PMDB manteria o posto de vice – que dentro do partido também era cobiçado por grupos adversários de Michel Temer. Qual legenda ficaria com que ministérios, quem embarcaria definitivamente no poder.

A popularidade da presidente derreteu, mas com ela toda uma percepção de diferentes setores da sociedade sobre os partidos e os representantes. A despeito de fenômenos anteriormente sentidos, florescia com maior clareza a aversão aos políticos e à política. O marqueteiro do Planalto prometeu devolver Dilma aos patamares anteriores dos movimentos sociais, algo que jamais ocorreu. Durante as eleições, os índices que apelavam para desejos de mudança flertaram com os 70 pontos percentuais por toda a campanha. Não à toa, o PT se preocupou tanto em atacar a “novidade” Marina Silva, alçada à condição de candidata com a morte de Eduardo Campos. Não à toa a bem sucedida campanha intitulada “fantasmas do passado”, que colocava sobre a cabeça do eleitor as ameaças de uma leitura extremamente negativa do governo de Fernando Henrique Cardoso. Dilma foi lançada sob o slogan “Muda Mais”, ou seja, se apresentou como al-

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

ternativa de mudança dentro de 12 anos no poder. Foi bem sucedida por margem estreita de votos, garantida com apoio de partidos que a todo instante ameaçaram deixar o governo, chantagearam ou mesmo ofertaram, em alguns blocos dissidentes, apoio a Aécio Neves. Sua popularidade melhorou e foi à casa dos 40 pontos, com promessas infundadas e negadas ao longo dos dias imediatamente após o segundo turno. Dilma não soube respeitar os simbolismos e o tempo da política. Reelegeu-se assim, caiu assim.

Em 2013 entrou em rota de colisão com o Congresso Nacional quando buscou dialogar com a sociedade em pronunciamento em instante agudo das manifestações. Falou em constituinte política exclusiva, terminou com plebiscito da reforma política e apresentou uma pauta contraditória com cinco itens. Atropelou o Legislativo em sua (in)capacidade de ofertar soluções. Cavou a própria sepultura e encareceu a relação com o Congresso Nacional. O gesto se repetiria, em intensidade e formato diferentes quando foi à rede nacional, novamente, para se vangloriar de uma trágica redução no preço das tarifas de energia sem que a matéria estivesse aprovada pelos senadores. Impôs um ágio à aceitação, comemorou antes do tempo, empurrou a faca da opinião pública na garganta do Congresso. Foi fácil: matéria aprovada. Quanto custou?

Nas eleições de 2014 assistimos a um fato que marca o distanciamento do brasileiro em relação aos seus representantes. Enquanto eleitorado e comparecimento às urnas no primeiro turno cresceram em índices semelhantes em relação à 2010, sendo 5% o primeiro e 4,5% o segundo, os votos válidos para deputado federal caíram 1%. Cerca de cinco milhões de votos válidos a menos. Quantos deputados deixaram de se eleger nessa conta? Qual a característica desse eleitorado? Existiria alguma variável explicativa desse fenômeno?

O erro fatal para deflagrar a crise política esteve fortemente associado ao processo eleitoral no interior da Câmara dos Deputados. Por que lançar candidatura do PT contra um candidato do PMDB que tinha claras relações para além do seu partido? Cunha será acusado de articular a distribuição conhecida como Mensalão de dentro do Congresso Nacional. Deslocar o epicentro desse fenômeno para o Congresso rendeu ao país a fama de viver sob um semi-parlamentarismo. O sentido disso tem sido estudado e comentado por muitos, mas é fato que o conflito foi danoso aos trabalhadores e desorientaram um combalido governo. Dilma derreteu.

A partir disso, dois pontos precisam ser destacados. A política deixou de ser uma combinação de compreensões acerca das relações entre Legislativo e Executivo. Desde 2013 a sociedade or-

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

ganizada passou a fazer parte desse roteiro de forma mais incisiva e relevante. Isso não pode ser ignorado. As ruas ganharam cores mais diversificadas. A direita dividiu espaço e se mostrou pesada nos manifestos. Não se caracteriza de forma homogênea em torno de um discurso, e muito menos de um partido. Parece votar no menos pior, ou no menos ameaçador aos seus olhares. O conservadorismo saiu de casa, e dividiu espaço com quem se afirma progressista. Não cabe tratar tais características como defeitos, mas como traços presentes na sociedade. O silêncio de antes causou impacto.

O segundo ponto está associado à justiça. Desde o julgamento da Ação Penal 470, o Mensalão, o comportamento de certos agentes passou a causar impacto extremo. As perguntas sempre serão colocadas: mas por que de forma tão tardia? Por que com semblantes culturais de super-heroísmo? Qual o efetivo papel da justiça nos tempos atuais no Brasil? São perguntas que não terão como escapar do tempo para serem respondidas, mas é fato que assistimos a um ativismo pouco comum, que se tornou mais claro com as operações Lava-Jato, Zelotes e tantas outras. Em alguns instantes e locais gestos atabalhoados, em outros golpes duros no combate a uma corrupção tratada por muitos como “apenas um traço cultural”. Não é possível dizer onde isso nos levará, mas certamente é razoável dizer que já nos retirou de um primeiro ponto de acomodação negativa.

O instante atual

Em 2016 parte expressiva do eleitorado brasileiro votou contra a política e contra os políticos. Não foram poucos os candidatos a prefeito pelo país que se apresentaram como alternativa à “classe política” nacional. Empresários, agentes de fora do sistema, conquistaram votos e em alguns lugares vitórias expressivas. Curioso que nesse instante de combate à corrupção os empresários são apresentados como soluções sem que parcelas da sociedade se perguntem algo sobre o envolvimento de dezenas deles nos escândalos recentes do país. Não existe, nesse caso, culpado específico, mas também não parece existir solução fácil e simples.

Também não foram pequenos, em centros importantes, os volumes de eleitores que votaram em branco, se abstiveram ou anularam suas escolhas – apesar de muitas dessas atitudes não estarem apenas associadas à insatisfação. Em São Paulo, por exemplo, um empresário capturou mais de 50% dos votos válidos numa inédita vitória em primeiro turno se apresentando como “não político”, ao mesmo tempo em que votos brancos e nulos superaram a votação do segundo colocado no pleito – o então prefeito. Se tomada a taxa de abstenção em 22% - maior que os 18% de 2012 – um volume imenso votou contra os políticos ou se posicionou contra a política.

É nesse instante que nos encontramos. Eleitoralmente, testes para 2018 mos-

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

tram que a crise econômica faz parcelas dos brasileiros sentirem saudades de um governo que ganhou popularidade diante de cenário favorável. Lula é o mais lembrado ainda hoje. Pesquisas feitas sob os mais diferentes métodos mostram o petista, extremamente fustigado pelas operações de justiça, com o maior potencial de votos ou liderando sondagens com percentuais que variam entre 24% e 45%. Para além dele se destacam candidatos que “viriam de fora da política” ou pregariam uma nova forma de fazê-la, sem ao certo deixarem claro o que de fato seria feito. Seria a esperança de mudança sem algo concreto ou a contrariedade pouco objetiva que parece querer se livrar de algo. Marina Silva, Jair Bolsonaro e João Dória – o prefeito de São Paulo – são os destaques. Candidatos governistas e mais claramente identificados com a atual Presidência da República e com o PSDB vivem declínio acentuado – Aécio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra, tucanos que já disputaram a Presidência, são os maiores símbolos desse fenômeno. Completa o cenário de contrariedade ao que se observa contra parte dos políticos e contra a política, as avaliações de popularidade do atual governo. Extremamente frágil aos olhos da opinião pública e em ritmo crescente de distanciamento. Trata-se de um governo que se comunica mal e que adota como ritualística as formas antigas de se fazer política. Certos simbolismos são claros: a viciada relação com o Legislativo, o envolvimento em denúncias de corrupção, a ausência de

mulheres na primeira equipe de ministros anunciada, os símbolos nacionais adotados etc. O conservadorismo não é exatamente um defeito, mas está longe de agradar muitos setores da sociedade, sobretudo jovens e progressistas.

Nesse cenário a economia caminha de lado, e não são poucos os esforços de alguns analistas para buscarem respostas positivas para uma realidade ainda muito desgastada – o otimismo parece mais associado à amizade de alguns economistas com membros do governo ou à credibilidade da equipe econômica do que propriamente com resultados. O Brasil não se erguerá rapidamente de nada do que se enxerga. Investidores, agentes do mercado e análises mais consistentes não deixam de atentar para a falta de estabilidade política e econômica.

É nesse cenário que a política brasileira corre o risco de se envolver diretamente em mais uma aventura em 2018. Populistas de plantão, ideias fáceis, atalhos são facilmente capazes de seduzir parcelas do eleitorado. Os discursos de todos os principais candidatos contêm falhas complexas que não parecem atentar para o instante delicado da nação. Falamos em reformas profundas, mas parece difícil acreditar que elas sairão tecnicamente como alguns previam. O governo impôs com facilidade, ainda em 2016, uma emenda constitucional que trata de tetos para gastos públicos. Acreditou que com aquela ampla maioria, demonstrada em

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

outras tantas votações, teria caminho pavimentado para a reforma da previdência. O sistema previdenciário brasileiro é deficitário e não há conta que feche, por mais que muitos defendam visões heterodoxas ou exceções preocupantes que constroem cenários enganosos. O Estado brasileiro é repleto de direitos sociais associados à lógica do bem-estar, mas a efetivação de tais aspectos não cabem em nossas contas. Muitos já falam em reformas profundas na Constituição Federal para expurgar algumas conquistas relevantes. Esse debate é extremamente delicado e a saída não está nas extremidades de quem defende enxugamento amplo ou ampliação. O país está travado nessa discussão.

Mas voltemos às reformas em curso. A medida do teto se assemelha à retirada de um pino de granada. Com o artefato destravado nas mãos as contas públicas explodirão. O governo sacou o pino e não atirou o explosivo. Para tanto entende que precisa reformar o sistema de previdência. Mas sua força de mandar para longe o objeto vai se desgastando. Existe uma distância imensa entre a reforma previdenciária necessária de acordo com aspectos mais técnicos, o projeto que o governo encaminhou para o Congresso Nacional, e principalmente, as descaracterizações que estão sendo feitas em negociações políticas. Nesse sentido, um fato chama a atenção: o governo perdeu essa batalha. Qualquer que seja a versão aprovada da reforma, se for, ela será muito

diferente daquilo que se planejou. E esse não será o primeiro e tampouco o último governante que tentou algo frustrante em matéria de previdência no Brasil.

Para compreender tal complexidade é necessário se pautar em três pontos: tempo, perfil e percepção.

Tempo: faltando cerca de um ano para estarmos imersos no próximo processo eleitoral é muito difícil imaginar que teremos algo profundo envolvendo deputados federais e senadores. As bases se tornam um termômetro que coloca em risco a sobrevivência política de tantos agentes. Assim, nesse instante, os cálculos eleitorais já estão sendo feitos e a relação de ameaças entre Executivo e Legislativo vai se tornar mais intensa. O governo sugeriu que retirará cargos dos infiéis, mas precisa reconhecer que flexibilizou tanto a lógica desejada para a Previdência que parece mostrar os dentes raivosos já em situação de desgaste político.

O perfil: parlamentares fazem leituras locais do grau de dependência de seus eleitores em relação à previdência e temas correlatos. São pressionados e dependem politicamente desses cidadãos. Isso está associado ao tempo, mas também ao per-

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

fil dos eleitores. Cerca de 30% dos deputados federais são eleitos com mais de dois terços de seus votos vindos de cidades com menos de 20 mil votos válidos em 2014. Ao voltar para suas bases percebem o quanto a economia desses centros dependem do serviço público e do dinheiro das aposentadorias. Fazem a conta do quanto as economias locais terão dificuldade para se manterem com novas regras, mais rígidas, de acesso à lógica previdenciária. É claro que outras interpretações serão feitas, e devem ser realizadas em ambiente democrático, mas é impossível desprezar a visão associada ao perfil dos parlamentares e à leitura do perfil dos eleitores.

Percepção: tal fato acima está relacionado não só à perfil, mas à total capacidade de o eleitor perceber a reforma como algo que vai lhe afastar de direitos relevantes. Mais uma vez: o governo pode até apostar na lógica de “apertar para não faltar”, mas será que o eleitor é capaz de fazer essa conta? Seria ele capaz de entender que existe efetivamente um risco? O governo atenuaria tal cenário se atacasse com maior força setores da sociedade que podem representar pouco contabilmente, mas simbolicamente representam demais. Assim, a

reforma em curso tem um ritual que não está sendo respeitado. Avançar sobre salários gigantes do setor público, sobre os próprios políticos e uma série de simbologias poderia aprimorar a relação com a sociedade, mas não o faria com setores estratégicos da burocracia que poderiam se voltar contra o governo. Assim, tem-se a impressão que está-se de mãos atadas.

Para completar essa realidade, fala-se e avança-se sobre as reformas trabalhistas. Alguns falam em ajustes, outros em modernização e muitos outros em redução de direitos. Avançar sobre duas pautas delicadas colocam o governo em situação ainda mais tensa, sobretudo quando tais fenômenos vêm acompanhados de crise no campo jurídico, com forte apelo para o combate à corrupção envolvendo dezenas de políticos da própria base do governo, crise econômica e má avaliação da opinião pública. Para completar, o atual governo busca evitar que seja cassado em ação que corre desde 2014/2015 no Tribunal Superior Eleitoral. Deve se contentar com o inevitável: a chapa composta por presidente e vice, em matéria de arrecadação e abuso de poder é absolutamente indivisível aos olhos das decisões dessa natureza em estados e municípios. Restariam manobras de bastidores, recursos e pedidos de vista nos processos. E recai sobre a justiça uma sensação de parcialidade, sobretudo quando o presidente do Tri-

BRASIL
EM FOCO
ABRIL 2017

www.kas.de/brasil

bunal Superior Eleitoral é constantemente visto em visitas ou eventos ao lado do presidente da República.

Muitos diriam que tudo isso seria a tempestade perfeita, e curioso notar que os raios são intensos desde 2013 ou 2014. Que país pode resistir quatro ou três longos anos a uma crise dessa natureza?

Sobre o autor:

Humberto Dantas – doutor em ciência política, professor universitário, colaborador e conselheiro da KAS.

Conclusão

Para muitos a solução estaria na reforma política. Mas nesse caso o descontento é ainda maior. Não existe consenso em relação a modelo algum, e parece impossível imaginar que muitas das propostas não venham repletas de casuísmo dos mais expressivos. Tudo isso nos coloca diante de uma conclusão temerária: estamos gastando muita energia para tirar água de um navio sem que ao certo entendamos os reais motivos de nosso naufrágio. A crise de lideranças, a descrença nos principais organismos de representação, a falta de diálogo, a intolerância, a crescente violência consumista, tudo se configura num imenso desafio social, político e econômico. Como sair dessa situação, que por vezes e em diferentes intensidades, parece assolar muitas outras nações?